Brasília-DF



VINICIUS DORIA
vinicius.doria.df@cbnet.com.br (interino)

Levantando acampamento

Os indígenas que vieram a Brasília acompanhar o julgamento do Marco Temporal, no STF, passaram o dia de ontem desmontando o acampamento. Prometem voltar assim que o ministro André Mendonça devolver o processo para a Corte. Ou antes, se Rodrigo Pacheco marcar a votação, pelo Senado, do projeto que institui o marco. Mas o senador não está disposto a pautar a matéria tão cedo.

Lobby dos advogados

O projeto da Reforma Tributária mal foi apresentado e já enfrenta um poderoso lobby contrário. As bancas de advocacia pagam, na maioria das cidades, um valor fixo em reais de Imposto Sobre Serviços (ISS), independentemente do preço cobrado pela assistência jurídica. Se vingar a tese do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que une ISS municipal, ICMS estadual e tributos federais, o imposto dos escritórios tende a aumentar.

Munição política

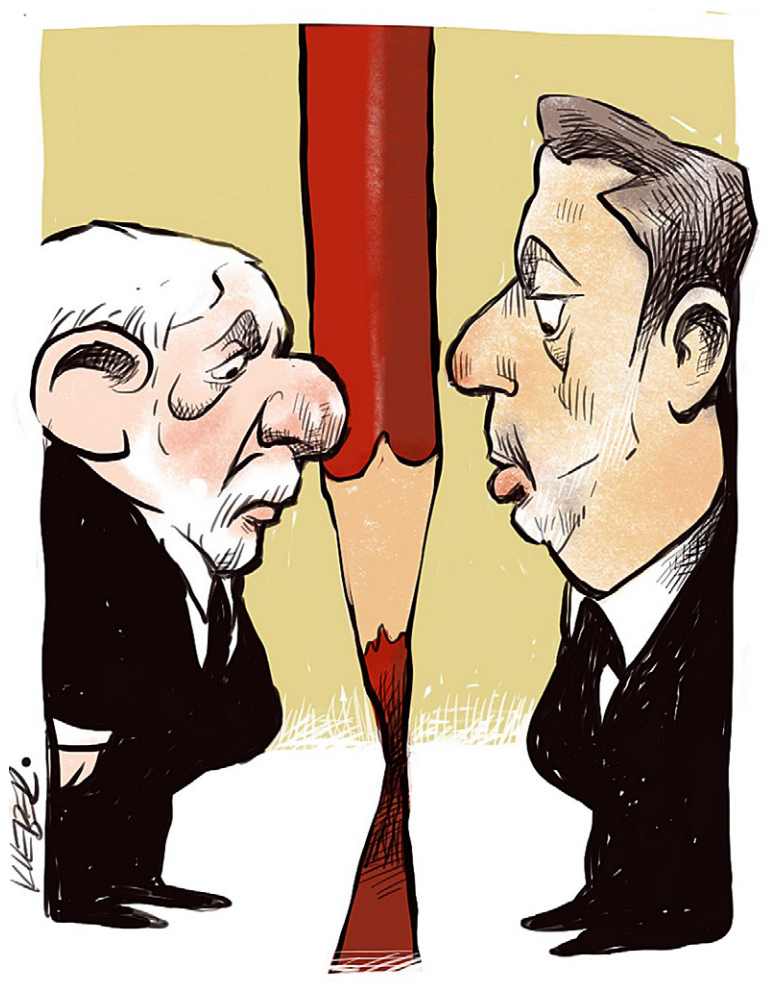
O ISS de valor fixo foi considerado constitucional pelo Supremo, mas não deixa de ser uma distorção frente às alíquotas sobre o preço cobrado por outros prestadores de serviço. A Reforma Tributária acaba com isso: quanto mais a banca faturar, mais imposto pagará. Vale, também, para outras sociedades uniprofissionais (médicos e contadores, por exemplo). O problema é que tem governador comprando a tese só para se opor ao governo Lula, que trata a reforma como prioridade máxima.

Olho na Codevasf

Um dos principais drenos por onde escorriam as verbas do orçamento secreto, a Codevasf está no centro das atenções da Controladoria-Geral da União. Desde o início do ano, o órgão já divulgou 24 relatórios de apuração e avaliação sobre convênios de obras, serviços e compras contratados até o fim do governo de Jair Bolsonaro. Todos com indícios de irregularidades. E ainda há muitas investigações em curso.

Linhas que não são ultrapassadas

Luiz Inácio Lula da Silva e Arthur Lira reafirmaram, nesta semana, em um café da manhã um pouco amargo, as fronteiras do território político de cada um. Não há jogo de cena nem faca no pescoço. São dois chefes de Poder que acumularam cacife alto. A diferença é que, enquanto o presidente da Câmara já tem suas trincheiras bem estabelecidas, o presidente da República ainda patina para organizar sua frente de articulação. E os dois sabem o preço de uma declaração de guerra — que não virá.



Lira disse que não é um Eduardo Cunha, que comandou o Centrão no embate com a então presidente Dilma Rousseff, em 2016. O resultado, todos conhecem: Dilma sofreu impeachment e Eduardo Cunha acabou cassado. Agora, em meio a mais uma crise entre Poderes, ressurge a tese do semipresidencialismo, que tenta tirar prerrogativas do chefe do Executivo sem os freios e contrapesos do parlamentarismo clássico — regime que prevê dissolução do Parlamento e convocação de novas eleições. Também não vingará. E Lula ainda tem a seu favor a barreira de contenção do Senado, de Rodrigo Pacheco, e uma Suprema Corte vigilante contra ameaças ao equilíbrio democrático.

CURTIDAS

Partícula de Deus/ O acordo que dá ao Brasil a condição de membro associado da Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear (Cern), em debate na Câmara, será tema de reunião da ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos (**foto**), hoje, em Genebra. O Cern é a instituição que comprovou o bóson de Higgs, conhecido como "partícula de Deus".

MCTI/Divulgação



Marco do Saneamento/ Os ministros Rui Costa (Casa Civil) e Jader Filho (Cidades) irão ao Senado, na terça-feira, para defender os decretos de Lula que modificaram o Marco do Saneamento. Será em audiência conjunta das comissões de Meio Ambiente, de Infraestrutura e de Desenvolvimento Regional.

O futuro é elétrico/ A Anfavea trará ao Centro de Convenções Ulisses Guimarães uma grande exposição de veículos elétricos, alguns já produzidos no Brasil. A mostra é uma das atrações do seminário sobre o futuro da eletrificação, que a associação das montadoras promove, na quarta-feira, em Brasília.

Boa, Bia!/ Foi uma campanha inesquecível a de Bia Haddad em Roland Garros. Apesar da derrota para a número 1 do mundo, Iga Swiatek, na semifinal do Grand Slam, dá para cravar: voltamos a ter uma grande tenista. Bia tem chance de entrar no top 10 do ranking na semana que vem.

CONGRESSO

Pouco diálogo chama derrotas

Parlamentares reclamam da falta de acesso aos ministérios do Meio Ambiente e dos Povos Indígenas para apresentar demandas

» TAINÁ ANDRADE

As derrotas das pautas ambiental e indígena no Congresso, com a aprovação do projeto de lei do Marco Temporal e o texto da medida provisória da reestruturação da Esplanada — que tirou a autoridade do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (MMAMC) e do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) para decidir sobre assuntos relacionados às pastas —, mostrou a dificuldade de diálogo dos setores preservacionistas com aqueles que defendem o agronegócio ou que consideram que a defesa do meio ambiente e o desenvolvimento econômico não são incompatíveis.

Por ora, em função do pragmatismo nas relações dentro do Congresso, o Palácio do Planalto não tem trabalhado com afinco contra os ruralistas. Mas a pressão tende a aumentar. Como mostrou o vídeo que circulou, na quarta-feira, nas redes sociais, reunindo artistas que cobravam o compromisso de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a pauta ambiental.

As visões conflitantes têm ensejado um espetáculo de agressividade e desrespeito nas audiências públicas da Câmara dos Deputados. Os convites às ministras Marina Silva e Sonia Guajajara às comissões da Casa foram marcadas por bate-bocas entre elas e parlamentares da oposição, que classificam de "ideológica" a postura das duas.

Na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o deputado federal Zé Trovão (PL-SC) interrompeu uma fala de Marina alegando "excesso de tempo" concedido na resposta. A ministra, ao anunciar que faria mais uma crítica ao governo Bolsonaro, foi cortada pelo parlamentar. "Desculpe, presidente, não sabia que tinha tempo para as respostas", disse, dirigindo-se ao presidente da comissão, José Priante (MDB-PA).

Já na Comissão de Cidadania e Justiça (CCJ), foi a vez de Sonia Guajajara e a deputada federal Caroline de Toni (PL-RS) se enfrentarem. A ministra respondia a uma pergunta da parlamentar e, ao notar que não recebia a devida atenção para o que falava, alfinetou: "Queria que ela prestasse atenção, por favor, para depois não perguntar de novo".

"Se for para a senhora me ofender, também não vou ficar aqui", respondeu a deputada, no que foi retrucada pela ministra. "Você perguntou, tem que ficar para escutar".

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Deputado hostilizou Marina pelas críticas ao governo Bolsonaro

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



Sonia teve de cobrar atenção de uma parlamentar enquanto falava

Indisposição

O tom beligerante revela, segundo parlamentares, a pouca disposição de receber políticos da oposição e suas demandas. "Há uma contradição dentro do governo: identifica-se como progressista, mas tem atitudes conservadoras. Tem uma série de preconceitos enraizados, como no Ministério do Meio Ambiente, por parte da Marina", criticou o deputado Amon Mandel (Cidadania-AM).

O deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), vice-presidente da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), critica a "visão radicalizada", principalmente de lideranças indígenas, que creem que a única forma de cuidar do meio ambiente é preservando. Ele considera que os povos originários deveriam ter a opção de eles mesmos explorarem suas riquezas.

"As pautas ambientais e indígenas têm uma repercussão externa grande, mas não são decisivas do ponto de vista do futuro do país. O que está em maior lugar no jogo é a economia", afirmou.

Até o mês passado, o MMAMC não havia montado o setor de assessoria parlamentar, pelo qual recebe as demandas dos congressistas, ajusta agendas e, principalmente, faz lobby junto a setores considerados importantes para projetos relacionados à pasta. Questionado sobre a demora para montar uma equipe especializada nos bastidores da Câmara e do Senado, o ministério justificou que o setor foi desmontado no governo Bolsonaro — inclusive por meio de "casos de afastamento e perseguição de servidores".

Segundo o MMAMC, a articulação junto ao Congresso estava sendo realizado pela própria Marina, pelas secretarias e por órgãos vinculados à pasta — explica a nota remetida ao **Correio**.

> **(Governo) identifica-se como progressista, mas tem atitudes conservadoras. Tem uma série de preconceitos enraizados, como no Ministério do Meio Ambiente, por parte da Marina"**
>
> ***Deputado Amon Mandel (Cidadania-AM)***

> **As pautas ambientais e indígenas têm uma repercussão externa grande, mas não são decisivas do ponto de vista do futuro do país. O que está em maior lugar no jogo é a economia"**
>
> ***Deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP)***